

Tribunal ainda não abriu e já tem falhas

O novo Tribunal da Feira não dá resposta às necessidades dos serviços. A adaptação do espaço interior do edifício, que era destinado à habitação, põe, agora, problemas de segurança. As instalações abrem no dia 13.

A necessidade de encontrar uma alternativa às instalações provisórias do Tribunal de Santa Maria da Feira, que está a funcionar num pavilhão na zona industrial, levou o Ministério da Justiça a encontrar uma solução que passou pelo aluguer de um edifício, em fase de conclusão, que se destinava à habitação.

Foram efectuadas alterações no interior que, agora, se conclui não responderem às necessidades. Entre várias lacunas apontadas está o acesso às salas de audiência: é feito por um estreito e cumprido corredor, o mesmo que será usado pelas testemunhas, arguidos e magistrados.

Para não colidirem com os utentes, os magistrados terão, como alternativa, que sair do edifício e voltar a entrar por uma outra porta lateral para, desta forma, terem acesso directo à sala de audiência. Mesmo assim, correm o risco de serem novamente confrontados com os arguidos.

As salas de espera das testemunhas são pequenas, não tendo qualquer luz natural ou acesso com o exterior. Numa falha de energia não há por perto uma saída de emergência e há um longo caminho a percorrer pelo corredor. Acresce que, a manter-se a actual disposição, o acesso das testemunhas é o mesmo dos arguidos que se encontram nas celas de detenção provisória.

Segundo uma fonte do tribunal, as chamadas para as sessões de julgamento terão que ser efectuadas no exterior do edifício, porque não existe, actualmente, nenhum espaço disponível para o efeito. Já os advogados vão dividir o seu espaço com jornalistas.

As lacunas prendem-se, ainda, com a falta de espaço para guardar documentação que se está a acumular nas diferentes divisórias.

Quem trabalha no tribunal deixou também de ter lugares de estacionamento privativo. Eram pretendidos 58 lugares, tantos como existiam nas antigas instalações, mas a Câmara, proprietária do estacionamento subterrâneo do edifício, vai concessionar o estacionamento a um privado. Os carros celulares não podem entrar na garagem, porque a altura não o permite.

Contudo, a Autarquia disponibiliza, provisoriamente, o parque das antigas instalações. Na última reunião do Executivo, Alfredo Henriques lembrou que, no edifício do novo tribunal, vão existir 300 lugares. "O Ministério da Justiça, se desejar, pode comprar alguns. Os restantes serão concessionados", referiu.

O JN apurou que estes problemas foram já comunicados, por escrito, ao Ministério da Justiça e também as autoridades foram chamadas para dar o seu parecer em relação às questões de segurança. Fonte do ministério esclareceu, ao JN, que "em cinco meses tudo foi feito para dar melhores condições a quem utiliza o tribunal " e que "os magistrados vão continuar a ter estacionamento gratuito".